



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AOS PARTICIPANTES NUM CURSO PROMOVIDO PELA PENITENCIARIA APOSTÓLICA

Terça-feira, 13 de Março de 1999

1. Senhor Cardeal Penitenciário, Prelados e Oficiais da Penitenciaria Apostólica, Padres Penitencieiros das Basílicas Patriarcais da Urbe, jovens sacerdotes e candidatos ao Sacerdócio que frequentastes o curso sobre o foro interno, organizado também neste ano pela Penitenciaria Apostólica, recebo-vos com afecto nesta tradicional audiência, que me é particularmente querida.

Ao agradecer ao Senhor Cardeal William Wakefield Baum os sentimentos manifestados na saudação que me dirigiu, desejo ressaltar o grande significado deste encontro, no qual é reafirmado de maneira quase tangível o nexó entre a missão reconciliadora do sacerdote, como ministro do sacramento da Penitência, e a Sé de Pedro. Não foi porventura a Pedro e aos seus sucessores que Cristo confiou em termos universais o poder, o dever, a responsabilidade e ao mesmo tempo o carisma - que se torna extensivo aos Irmãos no Episcopado e aos presbíteros, seus cooperadores - de libertar as almas do poder do mal, ou seja, do pecado e do demónio?

Nesta vigília da Páscoa redentora do Ano jubilar, o encontro assume o valor de símbolo de comunhão, vivida no afã quotidiano ao serviço dos homens e da sua salvação eterna. Tendo em conta este significado universal, ao dirigir-me a vós aqui reunidos na casa do Papa, vejo espiritualmente presentes todos os sacerdotes da santa Igreja católica, onde quer que vivam e trabalhem, e a todos dirijo com afecto esta mensagem.

2. Na variada e harmoniosa multiplicidade dos seus conteúdos e finalidades, o Ano jubilar diz respeito sobretudo à conversão do coração, a *metanoia*, com a qual no Evangelho tem início a pregação pública de Jesus (cf. *Mc* 1, 15). Já no Antigo Testamento, a quem se converte são prometidas a salvação e a vida: «Porventura sentirei prazer com a morte do injusto? – oráculo do Senhor Javé. O que Eu quero é que ele se converta dos seus maus caminhos e viva» (*Ez* 18, 23). O iminente Grande Jubileu comemora o final do segundo milénio do nascimento de Jesus que, no momento da injusta condenação, disse a Pilatos: «Eu nasci e vim ao mundo para dar testemunho da verdade» (*Jo* 18, 37). E a verdade afirmada por Jesus é que Ele veio para salvar o mundo que, de outra forma, se perderia: «De facto, o Filho do

Homem veio procurar e salvar o que estava perdido» (Lc 19, 10).

Na economia do Novo Testamento o Senhor quis que a Igreja fosse *universale sacramentum salutis*. O Concílio Ecuménico Vaticano II ensina que a Igreja «é em Cristo como que sacramento ou sinal, e também instrumento da união íntima com Deus» (*Lumen gentium*, 1). De facto, é vontade de Deus que a remissão dos pecados e a instauração da amizade divina sejam mediadas pela obra da Igreja: «O que ligares na terra será ligado no céu, e o que desligares na terra será desligado no céu» (Mt 16, 19), Jesus disse solenemente a Simão Pedro e, através dele, aos Sumos Pontífices seus sucessores. Ele confiou esta mesma recomendação aos Apóstolos e, por meio deles, aos Bispos seus sucessores: «Tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu» (Mt 18, 18). Na tarde do dia da Ressurreição, Jesus tornará efectivo este poder com a efusão do Espírito Santo: «Os pecados daqueles que perdoardes, serão perdoados. Os pecados daqueles que não perdoardes, não serão perdoados» (Jo 20, 23). Graças a este mandato, os Apóstolos e os seus sucessores na caridade sacerdotal poderão dizer com humildade e verdade: perdoo os teus pecados.

Tenho plena confiança em que o Ano Santo será, como deve ser, um capítulo particularmente eficaz da história da salvação. Ela encontra em Jesus Cristo o seu ponto culminante e o seu significado supremo, porque n'Ele todos nós recebemos «graça sobre graça», obtendo a reconciliação com o Pai (cf. Bula *Incararnationis mysterium*, 1). Por este motivo tenho confiança e oro para que, graças ao generoso serviço dos sacerdotes confessores, o Ano jubilar seja para todos os fiéis uma ocasião de aproximação piedosa e sobrenaturalmente serena do sacramento da Reconciliação.

3. A este propósito, certamente conheceis o *Catecismo da Igreja Católica* com a sua aprofundada análise deste tema fundamental. Contudo, neste encontro desejaria recordar alguns pontos deveras essenciais, que não deixareis de propor aos fiéis confiados aos vossos cuidados pastorais:

– Por instituição de Nosso Senhor Jesus Cristo, como está escrito de modo explícito no citado trecho do Evangelho segundo João, a confissão sacramental é necessária para obter o perdão dos pecados mortais cometidos depois do Baptismo. Contudo se um pecador, alcançado pela graça do Espírito Santo, conceber a dor dos seus pecados em virtude da caridade sobrenatural, dado que esses são uma ofensa a Deus, Sumo Bem, obterá imediatamente o perdão dos pecados, até mesmo mortais, desde que tenha o propósito de os confessar sacramentalmente, no tempo devido, quando puder.

– O penitente que, responsável de pecados graves, recebe a absolvição colectiva, sem a prévia confissão individual dos próprios pecados ao confessor, deve conceber uma idêntica resolução: esse propósito é tão necessário que na sua ausência a absolvição seria inválida, de acordo com o cân. 962 § 1 do Código de Direito Canónico e do cân. 721 § 1 do Código dos Cânones das Igrejas Orientais.

– Os pecados veniais podem ser perdoados também fora da confissão sacramental, mas sem dúvida é deveras útil confessá-los sacramentalmente. De facto, admitindo as devidas disposições, obtém-se não só a remissão do pecado, mas também a ajuda especial constituída pela graça sacramental para o evitar no futuro. Neste ponto, é bom reconfirmar o direito que os fiéis têm – e ao seu direito corresponde a obrigação do sacerdote confessor – de se confessar e obter a absolvição sacramental também dos pecados veniais. Não esqueçamos que a chamada confissão

devocional foi a escola que formou os grandes santos.

– Para se aproximar da Eucaristia, de maneira lícita e frutuosa, é necessário que antes se faça a confissão sacramental, quando se tem consciência de um pecado mortal. Com efeito, a Eucaristia é a fonte de todas as graças, enquanto representação do Sacrifício salvífico do Calvário; no entanto, como realidade sacramental, não está ordenada directamente à remissão dos pecados mortais: isto é ensinado clara e inequivocavelmente pelo Concílio de Trento (Sess. 13, cap. 7 e relativo cânone, *Denz.* 1647 e 1655), dando por assim dizer autoridade disciplinar e jurídica à própria palavra de Deus: «Todo aquele que comer do pão ou beber do cálice do Senhor indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor. Portanto, cada um se examine a si mesmo antes de comer deste pão e beber deste cálice, pois aquele que come e bebe sem distinguir o Corpo, come e bebe a própria condenação» (1 *Cor* 11, 27-29).

4. Por conseguinte, o Ano jubilar, graças ao sacramento da penitência, deve ser de modo especial o ano do grande perdão e da plena reconciliação. Mas Deus, ao qual estamos gratos por nos ter reconciliado, ou com o qual esperamos reconciliar-nos, é nosso Pai: meu Pai, Pai de todos os crentes, Pai da inteira humanidade. Por isso, a reconciliação com Deus exige e comporta a reconciliação com os irmãos, sem a qual não se obtém o perdão de Deus, como nos ensinou Jesus na oração perfeita do *Pai nosso*: «Perdoai-nos as nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido». O sacramento da penitência requer e deve alimentar o amor fraterno generoso, nobre e real.

Nesta óptica, elevada à sua maior perfeição, o Ano jubilar convida a uma profunda solidariedade num «intercâmbio maravilhoso de bens espirituais, em virtude do qual a santidade de um aproveita aos outros numa medida muito superior ao dano que o pecado de um pôde causar aos demais. Há pessoas que deixam atrás de si uma espécie de saldo de amor, sofrimento suportado, pureza e verdade, que atrai e sustenta os outros. É o fenómeno da "vicariedade", sobre o qual assenta todo o mistério de Cristo» (*Incarnationis mysterium*, 10).

Reconciliados mediante o sacramento da penitência e, desta forma, assimilados a Cristo Senhor e Redentor, devemos «colaborar na sua obra salvífica e de modo particular na sua paixão. Assim o exprime o conhecido texto da carta aos Colossenses: "Completo o que falta aos sofrimentos de Cristo na minha carne, em favor do seu Corpo que é a Igreja (*Cl* 1, 24)"» (*Ibid.*, 10).

5. No sacramento da penitência, eliminadas as fracturas causadas pelo pecado, consolida-se a unidade da Igreja que no Jubileu tem uma altíssima manifestação: por conseguinte, também neste ponto se vê o vínculo conatural entre o Jubileu e o sacramento do Perdão.

A Misericórdia de Deus e a mediação da Igreja oferecem à remissão sacramental do pecado um precioso corolário com o dom da remissão também da pena temporal dele, mediante a Indulgência. Ressaltei-o referindo-me ao Ano jubilar na sua Bula de Proclamação: «De facto, a realização da reconciliação com Deus não exclui a permanência de algumas consequências do pecado, das quais é necessário purificar-se. É precisamente neste âmbito que ganha relevo a indulgência, através da qual se manifesta o "dom total da misericórdia de Deus".» (*Ibid.*, 9).

Jesus nasceu, aliás, foi concebido Sacerdote e Vítima no seio da Mãe, como o Espírito Santo nos ensina na Carta aos Hebreus (cf. 10, 5-7), aplicando expressamente a Jesus o Salmo 40, 7-9: «Não queres sacrifícios, nem ofertas, mas

abriste os meus ouvidos. Tu não pedes holocaustos pelo pecado. Então eu digo: "Aqui esto". – como se escreve no livro – "para fazer a Tua vontade". Meu Deus, eu quero ter a Tua lei dentro das minhas entranhas». O Jubileu do Ano 2000 recorda à nossa fé, à nossa esperança e ao nosso amor que a salvação provém da natividade do Sacerdote Eterno, Vítima do sacrifício ao qual Ele se ofereceu livremente.

Maria Santíssima, que deu ao Verbo de Deus a Humanidade de sacerdote e de vítima, nos conceda reviver, mesmo na nossa insuficiência e miséria, a Sua missão salvífica com a santidade pessoal e no exercício do ministério do perdão, restituindo aos pecadores, como instrumentos de Deus, a graça, a alegria do coração, as vestes nupciais que consentem o ingresso na vida eterna.

Quanto recordei neste encontro convosco está enunciado, numa síntese breve e maravilhosa, na fórmula ritual da absolvição sacramental: «Deus, Pai de Misericórdia, que pela morte e ressurreição do Seu Filho reconciliou o mundo Consigo e enviou o Espírito Santo para a remissão dos pecados, te conceda o perdão e a paz mediante o ministério da Igreja».

Seja eficaz auspício desta paz para vós e para quantos o Senhor confiou ou confiará ao vosso ministério, a Bênção Apostólica que me apraz conceder-vos.

© Copyright 1999 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana